

Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação

Ricardo Cavaliere

Universidade Federal Fluminense
cavaliere@oi.com.br

Data de receção do artigo: 31-05-2012

Data de aceitação do artigo: 19-07-2012

Resumo

Este trabalho oferece uma análise do atual estado da gramaticografia no Brasil mediante comentário das forças de preservação da tradição gramatical em confronto com as que redirecionam o perfil do texto gramatical para uma nova ordem conceitual. Nesse intuito, traça-se inicialmente um breve histórico dos estudos linguísticos brasileiros, a que se segue uma avaliação crítica dos fatores que caracterizam a antiga e a nova ordem gramaticográfica no Brasil.

Palavras-chave: Gramaticografia – características – Brasil

Abstract

This paper provides an analysis of the current state of gramaticography in Brasil by offering a judgment of the factors that contribute to preserve the grammatical tradition in comparison with those that contribute to change the profile of the grammar conception in a new order. In this purpose, it is given at first a brief history of language studies in Brazil, which is followed by a critical evaluation of the factors that characterize the old and the new paradigms of the Brazilian gramaticography.

Keywords: Gramaticography – characteristics – Brasil.

A última década da primeira metade do século XX testemunhou um cisma doutrinário na seara dos estudos linguísticos brasileiros, decorrente do ingresso das teses estruturalistas nos meios acadêmicos universitários. A fonte maior dessa nova ordem teórica está na

publicação dos *Princípios de linguística geral* (Câmara Jr. 1941) de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), obra que se apresenta hoje, do ponto de vista historiográfico, como um marco paradigmático que desvia o curso das atenções antes apenas voltadas para as teses historicistas e pautadas nos estudos filológicos. Cria-se, pois, um panorama acadêmico em que coexistem linguistas e filólogos, cujas obras refletem a influência dessas duas grandes fontes paradigmáticas.

1. Os estudos linguísticos no Brasil

O percurso historiográfico da gramaticografia brasileira inicia-se com a publicação do *Epítome de gramática portuguesa* (1806), do carioca Antônio de Morais Silva (1755-1824). Antes, pouquíssima produção linguística se atesta em solo brasileiro – no sentido não propriamente de obras publicadas no Brasil, já que não as havia, senão de obras escritas no Brasil por autores brasileiros ou estrangeiros -, tendo em vista a situação de extremado atraso socioeconômico da colônia portuguesa até a chegada da corte de D. João VI em 1808.

Podem-se citar apenas uns poucos textos linguísticos escritos em terra brasileira ao longo dos três primeiros séculos da colonização, dentre eles a *Arte de gramática da linguagem mais usada na costa do Brasil* (1990 [1595]), de José de Anchieta (1534-1597), marco inicial da produção linguística brasileira do ponto de vista historiográfico, o *Catecismo na língua brasileira* (1952 [1618]), consolidado pelo Padre Antônio de Araújo (1566-1632) para uso na doutrinação do gentio¹, a *Arte da língua brasileira* (1621), do Padre Luís Figueira (1574-1643), a *Arte de gramática da língua brasileira da nação kiriri* (1699) do Padre Luís Vicêncio Mamiani, a *Arte da língua de Angola* (1697), do jesuíta Pedro Dias (1621-1700), um texto do final do século XVII provavelmente destinado ao ensino do quimbundo para doutrinação dos escravos que trabalhavam tanto em fazendas quanto nas minas², a *Gramática da língua geral do Brasil com um dicionário dos vocábulos mais usuais para a inteligência da dita língua* (Anônimo 1750), o *Dicionário da língua geral do Brasil, que se fala em todas as vilas*,

¹ Embora não seja uma obra de descrição gramatical, já que seu conteúdo versa sobre a doutrina e a liturgia cristãs, o *Catecismo* de Antônio Araújo confere indiretamente relevantes informações linguísticas sobre língua geral mediante construção de diálogos e oferta de um glossário básico sobre nomes de parentesco e impedimentos matrimoniais.

² Sobre o texto referido, leia-se (Angenot et alii 2011), (Rosa 2011), (Rosa 2010), (Bonvini 2009) e (Batista 2002).

lugares e aldeias deste vastíssimo Estado (Anônimo 1771), dois manuscritos anônimos cujos exemplares encontram-se disponíveis na Biblioteca da Universidade de Coimbra³, o *Cartapácio de sílaba e figuras*, texto de 1738, publicado em Lisboa, cuja autoria se atribui a Matias Rodrigues Portela, estudante da Companhia de Jesus na Paraíba (cf. Verdelho 1982; Salgado Junior 1949). Com efeito, na folha de rosto da única edição conhecida consta o nome de Matias Portela, entretanto outros historiógrafos (cf. Leite 1949: VII: 161 e Calmon 1972:8) afirmam que o trabalho do então estudante inaciano foi tão somente o de trazer a letra de forma os manuscritos originais do Padre Inácio Leão de Sá (1709-1789).

No século XIX, a par do *Epítome* de Morais Silva, vêm a lume vários volumes que cuidam da descrição sistêmica do vernáculo, sobretudo a partir de 1829, quando o Padre Antonio da Costa Duarte publica no Maranhão seu *Compêndio da gramática portuguesa* (1829). Antes já se ocupara Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) de dois estudos sobre língua vernácula, o *Tratado de eloquência* e o *Breve compêndio de gramática portuguesa* (1972)⁴, em que demonstra expressivo espírito renovador nas questões ortográficas. O modelo de descrição nesta fase da produção gramatical brasileira, que viria a contar com nomes expressivos, dentre eles o do maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), pauta-se no modelo racionalista levado ao Brasil principalmente pela *Gramática filosófica* (2004 [1822]) de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816).

Um segundo período historiográfico no século XIX inaugurar-se-ia com a geração de professores que passaram a trabalhar as teses histórico-comparativistas, que renderiam extensa e qualificadíssima bibliografia sobre o português no Brasil ao longo de várias décadas (cf. Cavaliere 2002 e Fávero e Molina 2006). Esse período, dito *científico*, conta com uma fase inicial de gramáticos que escreveram seus textos inspirados na escola comparativista alemã e nos volumes de língua vernácula francesa e inglesa. Os nomes mais destacados do período são, numa primeira fase, Julio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), Alfredo Gomes (1859-1924), e Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) – abra-se especial

³ Sobre o texto de 1771, leia-se o estudo de (Barros e Lessa 2004).

⁴ Não se tem notícia da data precisa em que Frei Caneca redigiu estas obras. Sabe-se que o *Breve compêndio* foi escrito no período de quatro anos (1817 a 1821) em que esteve encarcerado em Salvador, em face de sua participação no movimento republicano de 1817 que pugnava pela independência do Brasil.

referência a Manuel Said Ali Ida (1861-1953), primeiro a trazer para as páginas brasileiras as teses linguísticas dos neogramáticos. Com a publicação da *Gramática secundária* da língua portuguesa (1966 [1923?]), de Said Ali, surge uma segunda fase, de caráter legatário, extremamente voltada para o estudo diacrônico da língua e ledora dos filólogos portugueses que despontaram na virada do século, mormente Gonçalves Viana (1840-1914), Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Pertencem a este momento historiográfico dos estudos linguísticos brasileiros nomes como Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), Cândido Jucá Filho (1900-1982), José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957) e Mário Pereira de Sousa Lima (1893).

A publicação dos *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Camara Júnior, em 1941, promoveria expressiva modificação no panorama dos estudos sobre a língua no Brasil. Vários são os aspectos que conferem a essa nova ordem, a que convencionamos denominar *período linguístico*, especial revelo historiográfico. Do ponto de vista doutrinário, os *Princípios* consolidam em letra de forma o ingresso do modelo estruturalista na universidade brasileira, fato que, na prática, já vinha ocorrendo desde 1938, ano em que Mattoso Camara Júnior ministra um inédito curso de linguística geral na Universidade do Distrito Federal (UDF). Com a extinção da UDF e posterior criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o curso foi interrompido por vários anos, havendo-se reiniciado em 1948 com uma turma de apenas três alunos: Rosalvo do Vale, Solange Pereira de Vasconcellos e Maximiano de Carvalho e Silva.

A escola estruturalista rompe com o monopólio das teses histórico-comparativistas e instala uma revolucionária metodologia de pesquisa. Passa-se a estudar a língua como sistema cujas unidades significativas são dotadas de um *valor linguístico* funcional, ou seja, cuida-se de uma abordagem formal em que as unidades sistêmicas só têm pertinência se expressam um valor gramatical específico, em oposição a unidades denotadoras de outros conceitos. Esse fato colide com a noção de materialidade que o estudo tradicional vinha aplicando ao fenômeno da linguagem, de tal sorte que certas entidades como o sintagma e o fonema, dotados de elevada abstração, eram entendidas como excessivamente formais e distante da realidade linguística.

Em aditamento, os *Princípios de linguística geral* destoam da tradicional concepção das obras filológicas até então escritas no Brasil, que, mesmo quando tratavam de fatos atinentes à generalidade das línguas, sempre dedicavam maior atenção à descrição da língua vernácula. Um bom exemplo se encontra no volume *Serões gramaticais* (1957 [1890]) de Ernesto Carneiro Ribeiro, cujas primeiras páginas se dedicam a uma excelente resenha sobre os fundamentos da linguística histórica, com todo o aparato da genealogia das línguas, a que se segue uma descrição predominantemente diacrônica dos principais fatos da gramática portuguesa. Diferentemente, os *Princípios* mattosianos cuidam de matéria unicamente genérica, em que se tocam questões atinentes à língua num plano universal, sem referência específica ou necessária ao português.

Outra ruptura que a chegada do estruturalismo promoveu no meio acadêmico diz respeito ao perfil do pesquisador, antes necessariamente um romanista e, obviamente, afeito ao estudo do português como língua vernácula e a sua comparação com outras línguas românicas. Já não se cuida, por exemplo, de uma certa particularidade do pronome relativo *cujo* em português e seu confronto com, digamos, o italiano, mas da teoria geral dos relativos nas orações adjetivas; já não se adstringe a uma dada construção com infinitivo emprestada ao francês, em proveito do estudo genérico do infinitivo na estrutura oracional. Em outros termos, a referência às particularidades gramaticais da língua vernácula deixou de ser imperativa, pois a perspectiva era a de inscrever a descrição do português no modelo estrutural então em voga.

O perfil do linguista, distinto do perfil do filólogo, será o de um profissional que estuda a língua como sistema em perspectiva lata e estabelece as relações formais dos subsistemas que a compõem, de tal sorte que o fato específico da gramática portuguesa já não habitava necessariamente os textos científicos. Assim, um dado trabalho que desenvolvesse conceitos fonológicos como o de fonema, alofone, neutralização e oposição distintiva poderia dotar-se exclusivamente de exemplificação em língua estrangeira, notadamente o inglês.

Um outro traço revolucionário que contribuiu para abrir a fenda acadêmica que situou em campos distintos a Linguística e a Filologia a partir dos anos 40 do século passado concerne à primazia que paulatinamente se passou à conferir à língua oral. Sabemos que a escola historicista, sob a égide do texto escrito, pouco ou nenhum interesse delegou às construções típicas da oralidade, construções

essas que, a rigor, só viriam a ser efetivamente descritas com a instalação dos estudos sociolinguísticos, mormente os da vertente variacionista, a partir do final dos anos 60.

Com isso, a pouco e pouco, foi-se bifurcando mais acentuadamente o curso dos estudos linguísticos, de tal sorte que, de um lado, seguiam os herdeiros da escola filológica, mais atentos à descrição do fato linguístico em *corpus* literário e sensíveis a uma concepção do ensino da língua vernácula em nível básico, de inegável cunho normativo, e, de outro lado, ganhavam maior relevo os pesquisadores vinculados aos novos paradigmas linguísticos aqui chegados, em especial os estruturalistas, os gerativistas e os sociolinguistas, que, no entremeio de suas divergências, tinham em comum a desconsideração do viés normativo e a desvinculação necessária entre pesquisa e ensino do português.

2. Descritivismo e normativismo na gramática brasileira do século XX

Conforme se salientou nos parágrafos anteriores, o Brasil testemunhou a partir da segunda metade do século passado um cisma teórico e metodológico que discriminou filólogos e linguistas. Conferia-se a esses últimos o perfil da contemporaneidade, em que predominam os projetos de pesquisa sobre língua oral com fundamento na Sociolinguística variacionista, bem como os estudos formalistas de cunho estruturalista ou gerativista. Aos primeiros, cuja formação erigiu-se nas bases epistemológicas do período científico, atribuíam-se o ônus do anacronismo que se manifestava sobretudo no pendor para os estudos diacrônicos e na análise linguística de fundamentação filológica, com *corpus* de língua literária.

Neste momento dos estudos linguísticos brasileiros, figuras como Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), Serafim da Silva Neto (1917-1960) e Carlos Henrique da Rocha Lima situaram-se no grupo filológico, já que efetivamente seguiam a metodologia de trabalho típica do período científico. Criou-se nos meios acadêmicos um estereótipo de gramático normativista que atingia indiscriminadamente a todos que não seguissem as novas tendências da «linguística moderna», sobretudo porque naturalmente foi esse grupo de filólogos que se encarregou da tarefa de produzir gramáticas escolares, em que necessariamente há referência à norma linguística e aos usos da língua padrão. Semelhante perfil contribuiu para desmerecer o trabalho

filológico, fato que impôs ao Brasil um descompasso no avanço dessa área de estudos que se sente até os dias atuais.⁵

Uma das críticas reiteradamente feitas ao ensino do português que se praticava no Brasil até pelo menos o final dos anos 60, talvez um pouco mais, refere-se à excessiva importância que se dava à metalinguagem, como se saber um idioma para o uso significasse saber classificar e analisar palavras ou frases. Trata-se de crítica procedente, contudo dirigida à pessoa errada. Com efeito, quem cuida da aula de português e de seus parâmetros pedagógicos é o professor não o gramático, de tal sorte que não serão as páginas de um compêndio normativo que conferirão a uma aula o pendor teleológico do conhecimento metalinguístico.

No caso específico de Rocha Lima, adstringindo-nos aqui a um único nome, basta verificar o temário mais frequente em suas preocupações docentes para perceber que longe estava de afeiçoar-se a um ensino gramatical ensimesmado. No corpo de sua bibliografia encontra-se o *Curso de língua pátria* (1944), escrito em parceria com Mattoso Camara, um manual didático que faz de uma antologia a base para desenvolvimento de todo o programa de língua vernácula em nível fundamental. Dedicou-se ao ensino da leitura em obras didáticas como *Leitura integral I* (1966) e *Leitura integral II* (1967), sem contar o pendor à crítica literária demonstrado em *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira* (1992) e na tese *O problema da análise literária: teoria e explicação* (1954). No campo específico do ensino do texto escrito, publicou o *Manual de redação*, em colaboração com Raimundo Barbadinho Neto (Lima e Barbadinho Neto 1982), obra meritória que bem apresenta o traço de um mestre atento à formação integral do aluno na seara da produção textual.

Que fatores, então, contribuem para que se construa um pejorativo perfil «normativista» em nomes como Rocha Lima e tantos outros de sua geração, como querem os que conhecem sua obra apenas pela rama? A expressão *norma culta* começou a habitar os textos sobre estudo linguístico a partir do lançamento do *Projeto de estudo da norma linguística culta de algumas das principais capitais do Brasil*. Implantado no Brasil sob inspiração do *Proyecto de estudio del habla culta de las principales ciudades de Hispanoamérica*, idealizado por Juan Blanch, o Projeto Nurc, como ficou posteriormente

⁵ Sintomática, a respeito, a ausência da Filologia na Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

conhecido, instalou-se sob coordenação geral do Prof. Néelson Rossi e, no Rio de Janeiro, sob responsabilidade de Celso Cunha. Antes não se tem notícia da presença dessa expressão na literatura linguística brasileira. O termo *norma*, aqui, competia com *registro*, este advindo da sociolinguística no âmbito dos então emergentes estudos variacionistas. Já o adjetivo *culta* visava a caracterizar um dado estrato não propriamente social, senão escolar, que se definia como a comunidade de falantes com nível superior completo, excetuados os profissionais diretamente ligados às questões linguísticas.

O conceito de norma, evidentemente, afastava-se nesse contexto daquele presente na expressão gramática normativa, cujos parâmetros não eram propriamente os encontrados no desempenho de falantes escolarizados em língua oral, senão o que se abstraía da língua escrita literária. Nesse sentido, o termo norma não precisava de adjetivos, já que era entendido unicamente como o conjunto de preceitos que se deviam seguir para se atingirem os parâmetros de uso típicos dos autores literários. Aqui e ali, ocasionalmente, falava-se em *norma gramatical*.

Com a progressiva disseminação dos estudos sociolinguísticos no seio acadêmico, a palavra *norma*, equivalente a *registro*, efetivamente referia-se a um dado conjunto de estruturas linguísticas de que se servem os falantes de um determinado estrato educacional, de que decorreram expressões como *norma literária*, *norma culta*, *norma coloquial* e *norma popular*, entre outros. Ocorre que, oprimida pela avalanche de conceitos linguísticos renovadores, cujo teor buscava legitimar todo e qualquer registro segundo os princípios da adequação e da eficácia comunicativa, a velha norma gramatical, presente nos volumes didáticos de língua vernácula, sofria o ônus do anacronismo, não obstante fosse ainda frequentemente ensinada nas classes de língua portuguesa de nível fundamental e médio. Por iniciativa dos professores de português, mormente em livros didáticos publicados a partir dos anos 70, passou-se a usar a expressão *norma culta*, que trazia o frescor da nova postura linguística, para designar genericamente tanto o desempenho dos falantes escolarizados como também as regras de desempenho abstraídas do *corpus* de língua literária, fato que efetivamente tornou a nova expressão uma espécie de eufemismo para a velha norma gramatical.

O sentido que se buscava no termo *norma culta*, dentro da proposta do Nurc, parece aproximar-se bastante do conceito coseriano de *norma exemplar* (Coseriu 2002). Tomando-se por base a tricotomia

sistema (língua), *norma* e *fala*, Coseriu (1921-2002) situa a norma como um desempenho linguístico coletivo, em relativo grau de abstração, que elege determinadas modalidades de uso no curso da tradição histórica. Em outras palavras, o uso consagra estruturas, dentre as tantas que o sistema oferece, as quais que se devem observar em face da interação social, construções que passam a ser, por tal motivo, *normais*. Parece, assim, soar óbvio que o controle da norma exemplar não se faz pela letra do gramático, mas pelas forças de pesos e contrapesos em que se equilibra a mudança e a preservação dos usos linguísticos no próprio seio da sociedade.

Se parece não haver dúvida quanto ao caráter polissêmico que a expressão norma adquiriu, também não se duvidará de que semelhante caleidoscópio semântico não comporta necessariamente o ranço do preconceito, de que insistentemente nos querem convencer alguns estudiosos contemporâneos. Mesmo o sentido de *norma gramatical* que está imerso na expressão *norma culta* não condiz com qualquer postura preconceituosa; o que aqui temos é uma modalidade de descrição linguística que privilegiava uma das vertentes de uso, considerando o escopo pedagógico do texto gramatical.

Em outros termos, a tradição gramatical brasileira, sob inspiração, sobretudo, da gramaticografia inglesa e francesa (cf. Cavaliere, 2000), apoiava-se em *corpus* literário, simplesmente porque esta era a metodologia que se supunha mais adequada ao ensino da língua escrita. Leia-se, a respeito, o que nos ensina Maria Helena de Moura Neves (2005: 645-646):

O primeiro papel a ser apontado na constituição do padrão de linguagem em uma nação é seguramente o da literatura. Se a questão da identidade perpassa qualquer produção de falantes das línguas naturais, ela com certeza há de aflorar nas peças literárias, necessariamente produzidas por indivíduos dos mais sensíveis e participantes. É por isso que, em todos os países lusófonos, a questão da literatura está fortemente ligada à questão da nacionalidade.

De Eugênio Coseriu recebemos a lição de que está no texto literário «a plena funcionalidade da linguagem ou a realização de suas possibilidades, de suas virtualidades» (Coseriu, 1993: 39). A lição de Coseriu resume-se na observação de que, diferentemente da língua presente na vida prática ou mesmo das normas da linguagem científica – que constituem modalidades dos usos linguísticos – a língua literária

não se encerra em limites comportamentais, pois percorre sem reservas as várias possibilidades de uso, de que decorre seu expressivo caráter funcional.

Este princípio está nos compêndios de inúmeros autores da tradição gramatical românica e anglo-saxã que figuram como fontes dos estudos brasileiros, tais como Gaston Paris (1839-1902), Ferdinand Brunot (1860-1938), Léon Clédat (1851-1930), Charles Bruneau (1883-1969), Henry Sweet (1845-1912), Henry Watson Fowler (1958-1933), entre tantos outros. Veja-se, assim, que a presença do *corpus* literário na tradição gramatical constitui mera questão de método. Por sinal, é interessante notar que não há uma linha sequer nos estudos historiográficos portugueses, franceses ou ingleses que vincule a tradição gramatical a preconceito linguístico. Esta é uma invenção brasileira dos últimos decênios que vem contribuindo para deturpar o real papel que cumpriu e ainda cumpre a tradição gramatical em sua missão pedagógica.

Com efeito, o preconceito linguístico, que indubitavelmente existe e grassa no seio da sociedade contemporânea, deve ser entendido como um padrão comportamental discriminatório que segrega o indivíduo em face de seu desempenho linguístico. Nesse aspecto, em nada difere do preconceito racial ou sexual. Do ponto de vista material, o preconceito se manifesta na rejeição a certas variantes prosódicas, no emprego do vocabulário incipiente, no padrão morfossintático, dentre outras características dos usos linguísticos. No Brasil, entretanto, quer-se convencer as pessoas de que o preconceito linguístico é uma ilicitude orquestrada pelos gramáticos, como se fossem eles os responsáveis pela marginalização de grupos ou pessoas em face de seu desempenho linguístico, como se lê neste passo em falso de Marcos Bagno (2012: 73):

Todos esses autores [Marcos Bagno cita Celso Cunha, Luís Lindley Cintra, Rocha Lima, Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla], portanto, ao definir assim a língua culta, ou forma culta, ou norma culta, ocupam o lugar que lhes cabe numa longuíssima fila de estudiosos da língua que, há mais de 2.500 anos, associam língua culta com língua literária. Esta é uma tradição que começou por volta do século III antes de Cristo, entre os filósofos e filólogos gregos, quando foi criada a própria disciplina batizada de *gramática*. [...] Ao se interessar exclusivamente pela língua dos grandes escritores do passado, ao desprezar completamente a língua falada (considerada “caótica”, “ilógica”, “estropiada”), e também ao classificar a mudança da língua ao longo do tempo de

“ruína” ou “decadência”, os fundadores da disciplina gramatical cometeram um equívoco que poderíamos chamar de “pecado original” dos estudos tradicionais sobre a língua (Lyons 1968:14)⁶. Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram a semente do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos seguintes. Foram eles que sacralizaram na cultura ocidental o mito de que existe erro na língua (...).

A crítica de Marcos Bagno revela o comportamento primário e cientificamente condenável, sobretudo do ponto de vista historiográfico, de proceder a uma leitura do texto antigo com os parâmetros axiológicos do presente. Com efeito, não deixa de ser perturbador admitir que a descrição do sânscrito em Pânini, o tratamento que Dionísio da Trácia e Apolônio conferiram ao grego e a obra de Varrão, Donato e Prisciano para o latim possam ser qualificados como o «pecado original» que gerou preconceito linguístico em face de se haverem dedicado à descrição do texto escrito e deles terem abstraído regras.

Na verdade, o que se percebe na abordagem historiográfica do saber linguístico é que a tradição gramatical, ou se quisermos, a tradição dos estudos sobre a língua nasceu espontaneamente da análise do texto escrito. A rigor, a necessidade de refletir sobre o funcionamento da língua adveio da escritura, no sentido de que para ler, por exemplo, textos escritos em língua estrangeira, os gramáticos tiveram de compreender preliminarmente a gramática dessas línguas. Essa alteridade proporcionada pelo contato com a língua escrita e a necessidade de descrevê-la para, então, entendê-la promoveu uma «revolução tecnológica» sem par na história do saber científico. Em síntese, a tradição escolástica no âmbito do desenvolvimento do saber

⁶ Nesse ponto, Bagno deturpa a opinião de John Lyons, que em momento algum da obra referida assevera que os fundadores da disciplina gramatical cometeram um equívoco, muito menos um “pecado original”. Na verdade, Lyons critica os textos gramaticais de Donato e Prisciano por haverem pautado a descrição do latim nas obras de autores clássicos, notadamente Cícero e Virgílio, fato a que ele denomina “classical fallacy”. Não há, nas palavras de Lyons, portanto, crítica ao uso do *corpus* de língua literária, senão ao uso de um *corpus* escrito anacrônico. Para Lyons, entretanto, a descrição do latim em *corpus* escrito foi uma necessidade decorrente do próprio uso da língua de Cícero como veículo do saber científico e humanístico (Lyons 1968:14): “And Latin was not merely a foreign language; it was primarily a written language. In so far as it was spoken, each country developed its own pronunciation. And this fact could not but have reinforced the traditional view of the primacy of the written language”.

linguístico, que confere à língua escrita o caráter de *corpus* primacial, está vinculada ao próprio surgimento da reflexão sobre o fenômeno linguístico. Por tal motivo, como sintetiza Silvain Auroux (1989: 24) «ce sont, en quelque sort, la philologie et la lexicologie qui apparaissent d'abord».

Em suma, a vinculação secular que se estabelece na descrição da língua dentro do texto literário é uma natural consequência do próprio processo tecnológico de construir um saber sobre a língua, de criar uma metalinguagem que desse amparo científico à construção desse saber. É exatamente essa tradição que se transfere das obras gramaticais das línguas clássicas para os primeiros textos de descrição das línguas vernáculas no período renascentista, num processo de transferência tecnológica a que Silvain Auroux (1989:36) denomina endogramatização, processo esse que efetivamente se consolidou na construção do saber linguístico-gramatical do Ocidente.

3. Os novos rumos da gramaticografia brasileira

Uma sensível mudança de rumos no cenário da descrição gramatical brasileira já se pode observar a partir das últimas décadas do século XX, mudança essa que pode manifestar-se em um ou mais de um dos três aspectos seguintes: o primeiro diz respeito à seleção do *corpus* descrito (língua escrita literária, língua escrita literária e não literária), o segundo se prende aos próprios domínios da descrição (teorização adstrita ao sistema linguístico, teorização sobre o sistema em conjunto com a teoria do texto) e o terceiro vincula-se à figura do leitor destinatário (leitor indistinto, leitor especialista). A análise desses três aspectos confere efetivamente perfis bem distintos entre o que se fazia até as três últimas décadas do século passado e o que se passou a fazer a partir de então.

Consideramos cabível afirmar que, nas obras ordinariamente rotuladas como integrantes da tradição gramatical, os critérios referidos se apresentam da seguinte forma: o *corpus* em que se baseia a descrição é o da língua escrita literária, o domínio descritivo limita-se ao sistema e aos subsistemas da língua e o leitor destinatário não é especificado. Na perspectiva da historiografia gramatical brasileira, a *Nova gramática do português contemporâneo* (2001[1985]), de Celso Ferreira da Cunha e Luís Lindley Cintra (1925-1991), caracteriza-se como o trabalho que põe termo ao ciclo das obras que reúnem necessariamente as três características basilares referidas.

Com efeito, nesse trabalho conjunto dos eminentes linguistas brasileiro e português, o *corpus* descrito é o da língua literária selecionado num lapso temporal de aproximadamente um século; por tal motivo, o exemplário corroborante da descrição proposta recorre a nomes como Camilo Castelo Branco e Carlos Drummond de Andrade, passando por Machado de Assis, Fernando Namora, Fernando Sabino, Dinah Silveira de Queiroz e inúmeros outros grandes expoentes da literatura em língua portuguesa. Evidencia-se, assim, que os autores tomaram por base de descrição a língua escrita literária (não no sentido de que se descrevam construções *abonadas* senão *acolhidas* pela língua literária) ao longo de um período previamente definido.

Por outro lado, na *Nova gramática*, a língua é descrita nos limites do sistema, no sentido de que são expostas as possibilidades sintáticas que a gramática portuguesa oferece para a construção de frases, as bases da flexão verbal e nominal, os mecanismos de criação lexical, as relações de regência e concordância etc. Em outras palavras, essa obra de Celso Cunha e Lindley Cintra circunscreve-se à descrição da língua, sem considerar teoricamente sobre os mecanismos de construção do texto. Por fim, a *Nova gramática* dirige-se a leitor não específico, que pode ser um mero consulente ou estudante de nível básico como também um professor universitário, já que seu conteúdo reúne organicamente informação tanto de teor descritivo quanto de teor normativo.

A partir da última década do século passado, período em que novas propostas de descrição gramatical se apresentaram ao público interessado, as bases da tradição gramatical vêm sendo efetivamente desconstituídas, senão em todos os seus aspectos, ao menos em parte. Tomem-se, a título de ilustração, três desses novos estudos que passaram a habitar a estante contemporânea de língua portuguesa: a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (2000) e a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008).

Analisando-se os três trabalhos à luz dos critérios aqui referidos, verifica-se que todos são inovadores no tocante ao aspecto do leitor destinatário, já que se dedicam exclusivamente aos professores de português e aos estudantes dos cursos de Letras. Maria Helena de Moura Neves manifesta, a respeito, a intenção de que seu trabalho possibilite uma «apropriação dos resultados por parte de toda a comunidade de usuários da língua» (2000:14), mas a complexidade de

uma metalinguagem pouco ou nada familiar, aliada a um aparato teórico por vezes desconhecido do leitor leigo, decerto direciona o trabalho com maior eficácia para o leitor iniciado. Portanto, embora apresentem variável teor normativo, que uma análise mais acurada do que a aqui traçada poderá melhor definir, os três textos gramaticais decerto se afastam bastante de uma leitura laica, de quem busca uma consulta pontual sobre dado tema linguístico.

Esse traço idiossincrático da nova ordem gramaticográfica brasileira parece ter-se desenvolvido em face dos rumos que a relação entre pesquisa e ensino tomou a partir da década dos anos 70. Com a criação e rápida multiplicação dos cursos de Letras, a figura do pesquisador-docente que atuava em classes de ensino básico veio a ser substituída pela do pesquisador-docente que atua em classes de nível superior. Está nesse fato a semente de uma geração de nomes meritórios dos estudos linguísticos brasileiros que passaram a publicar textos somente para o público seletivo das universidades, visto que se propunham a aplicar nas novas propostas de descrição os fundamentos teóricos de sua pesquisa.

Fato é que, hoje, as gramáticas que se oferecem ao público têm destinatário certo e especificado, o que se comprova em uma sintomática iniciativa de dois dos autores aqui referidos. Tanto Evanildo Bechara quanto Maria Helena de Moura Neves, cientes de que sua proposta de descrição linguística não ultrapassa os muros acadêmicos, trouxeram a público manuais de índole normativa atualizada, que bem cumprem o papel de servir ao propósito de informar o público consulente em geral: a *Gramática escolar da língua portuguesa* (Bechara, 2001) e o *Guia de uso do português* (Neves 2003).

No tocante ao critério do *corpus* descrito, duas dessas obras renovadoras – (Neves 2003) e (Azeredo 2008) – abandonam a fidelidade à língua escrita literária, não obstante mantenham-se fiéis ao princípio de que a homogeneidade do *corpus* impõe que a descrição se adstrinja à língua escrita. A respeito, Azeredo é incisivo ao abrir a *Apresentação* de seu texto com a afirmação de que «o objeto desta gramática é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil» (2008: 25). É, pois, com fundamento nessa premissa que o autor abona os fatos trazidos a discussão tanto com exemplário da literatura brasileira contemporânea – Carlos Heitor Cony, Aníbal Machado, Murilo Mendes e tantos outros –, quanto com textos jornalísticos na linha dos editoriais e das reportagens.

Semelhantermente, Neves, em notável e rigorosíssimo esforço de abonação, serve-se de segmentos de obras literárias – Maria Clara Machado, Chico Buarque do Hollanda, Alcântara Machado, Pedro Nava, Fernando Sabino, Rachel de Queiroz entre tantos – bem como de variados textos jornalísticos e científicos. Percebe-se na proposta de Neves a convicção de que ao gramático é infenso criar exemplário da própria lavra, hábito que não raro se deixa contaminar pela sensibilidade impressionista dos usos linguísticos. Por outro lado, a *Gramática de usos* vem ratificar a tese de que a tarefa de descrever a língua se deve fazer em *corpus* homogêneo, sobretudo em nível diastrático, razão por que todo seu exemplário se inscreve sem reservas nos parâmetros da língua padrão escrita.

Por fim, o critério dos domínios da descrição traz singular nota inovadora na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. Isto porque, na proposta descritiva de Azeredo, os fatos sistêmicos se fazem preceder de uma ampla e dissertação sobre a teoria do texto, fato que, em princípio, se revelou relevante para o autor, na concepção da obra, em face do atual panorama dos estudos linguísticos brasileiros, conforme a seguir se lê (Azeredo 2008:26):

(...) algumas vertentes da lingüística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores.

Assim, sob tal motivação, Azeredo oferece um capítulo intitulado *Linguagem, discurso e texto* em que discorre sobre temas como *atos de fala, gêneros textuais, referência, transtextualização*, todos ligados, como sabemos, à teoria do texto como macroestrutura de comunicação. Uma questão polêmica que se pode abstrair dessa iniciativa é a de inscrever ou adequar o conceito de gramática nessa nova ordem descritiva: trata-se de uma extrapolação dos domínios da gramática ou uma incorporação de tarefas aos domínios da gramática? A questão esbarra numa premissa necessária, a de definir se temos no estudo do texto e do sistema linguístico objetos distintos ou instâncias distintas do mesmo objeto de investigação. São, pois, temas que merecem a atenção mais profunda que os limites deste trabalho não comporta.

Uma questão adicional, que aqui destacamos em conclusão, é a de que nenhum dos três volumes gramaticais citados cogita de trabalhar com *corpus* de língua oral, e, nesse aspecto, figuram como

um continuum da proposta de descrição da língua presente na tradição gramatical. Essa é uma decisão relevante, no atual contexto da pesquisa linguística brasileira, pois muitos há que supõem haver compatibilidade em mesclar a análise da estruturas de língua oral e escrita num único trabalho descritivo. Ora, se optamos por discorrer sobre as possibilidades de expressão linguística na perspectiva do falante – ou, em outros termos, dos usos linguísticos – torna-se óbvia a impossibilidade de coadunar as modalidades da língua escrita e da língua oral num único modelo de descrição. Sabemos que o falante de uma língua não mantém o mesmo comportamento em face do texto quando simplesmente fala ou quando escreve. E quando fala, também altera certos procedimentos de construção frasal – tais como a seleção de vocabulário e a escolha de estruturas sintáticas – em face do ato de enunciação em que se inscreve. Também quando escrevemos, costumamos desviar os rumos do texto em face do grau de formalidade exigido, razão por que soa clara a noção de que, senhor do texto em sua gênese, o falante intuitivamente modula-o na tentativa de adequá-lo ao ato de enunciação de que participa.

Bibliografia

- Ali (1966 [1923?]): Manuel Said Ali, *Gramática secundária da língua portuguesa*. 7.^a edição, São Paulo, Edições Melhoramentos.
- Anchieta (1990 [1595]): José de Anchieta, *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição fac-similar, São Paulo, Editora Loyola, apresentação de Carlos Drummond.
- Angenot et alii (2011): Jean-Pierre Angenot, Catherine Barbara Kempf e Vatomene Kukanda, “Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia kimbundu”, *Papia*, v. 21, p. 231-252.
- Anônimo (1750) *Grammatica da língua geral do Brasil, com um dicionario dos vocábulos mais usuas para a intelligencia da lingua*, Pará, Disponível em https://bdigital.sib.uc.pt/bg3/UCBG-Ms-69/UCBG-Ms-69_item1/index.html.
- Anônimo (1771): *Diccionario da língua geral do Brasil, que se falla em todas as villas, lugares, e aldeas deste vastissimo Estado*, Pará, Disponível em https://bdigital.sib.uc.pt/bg3/UCBG-Ms-81/UCBG-Ms-81_item1/index.html

- Araújo (1952 [1618]): Antônio de Araújo, *Catecismo na língua brasileira*, Edição fac-similar da 1.^a edição, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica.
- Auroux (1989): Silvain Auroux, "Introduction", em Silvain Auroux (dir.) *Histoire des idées linguistiques*, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, t. 1.
- Azeredo (2008): José Carlos de Azeredo, *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, São Paulo, Publifolha.
- Bagno (2012): Marcos Bagno, "Norma lingüística & preconceito social: questões de terminologia". *Veredas - Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 5. n.º 2, p. 71-83.
- Barbosa (2004 [1822]): Jerônimo Soares Barbosa, *Gramática filosófica da língua portuguesa*, Edição fac-similar, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Comentário e notas de Amadeu Torres.
- Barros e Lessa (2004): Maria Cândida Drummond Mendes de Barros e Antônio Luís Salim Lessa, "Um dicionário tupi de 1771 como crítica da situação lingüística na Amazônia pombalina", *Soletas*, São Gonçalo, UERJ, ano IV, n.º 8.
- Batista (2002): Ronaldo de Oliveira Batista, "A língua de preto e os métodos de descrição na arte da língua de Angola de 1697", *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 31.
- Bechara (1999): Evanildo Bechara, *Moderna gramática portuguesa*, edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Bonvini, (2009): Emilio Bonvini, "Revisiter trois siècles après, Arte da língua de Angola, de Pedro Dias S. J. – grammaire kinbundu rédigée au Brésil, mais publiée à Lisbonne em 1967", em Margarida Petter e Ronald Beline Mendes (org.), *Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Language Connection in Americas*, São Paulo, Editora Humanitas, p. 15-45.
- Calmon (1972): Pedro Calmon, "Prefácio". In: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, *Gramática portuguesa e tratado de eloqüência*, Edição comemorativa do sesquicentenário de independência do Brasil, Rio de Janeiro, Colégio Pedro II.
- Camara Júnior (1941): Joaquim Mattoso Câmara Júnior, *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Briguiet.

- Camara Júnior (1944): Joaquim Mattoso Câmara Júnior e Carlos Henrique da Rocha Lima. 2 edição *Curso de língua pátria. Gramática, 1.ª e 2.ª séries ginasiais*, Rio de Janeiro, Editora Briguiet.
- Cavaliere (2000): Ricardo Stavola Cavaliere, *Fonologia e morfologia na gramática científica* brasileira, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Cavaliere (2002): Ricardo Stavola Cavaliere, “Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil”. *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n.º 23, p. 102-120.
- Coseriu (1993): Eugenio Coseriu, “Do sentido do ensino da língua literária”, *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, n.º 5, p. 37-50.
- Coseriu (2002): Eugenio Coseriu, “Sobre o ensino do idioma nacional: problemas, propostas e perspectivas”, *Confluência*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, Tradução de Evanildo Bechara, n.º 23, p. 71-79.
- Cunha e Cintra (2001[1985]): Celso Ferreira da Cunha e Luís Lindley Cintra, *Nova gramática do português contemporâneo*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- Dias (1697): Pedro Dias. *Arte da língua de Angola*, Lisboa, Miguel Deslandes.
- Duarte (1829): Antonio da Costa Duarte, *Compendio da grammatica portugueza*, Maranhão, Typographia Nacional.
- Fávero e Molina (2006): Leonor Lopes Fávero e Molina, Márcia Molina, *As concepções lingüísticas no século XIX – a gramática no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Figueira (1621): Luiz Figueira, *Arte da língua brasileira*, Lisboa, Manoel da Silva.
- Leite (1949): Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, v. VII.
- Lima (1954): Carlos Henrique da Rocha Lima, *O problema da análise literária: teoria e aplicação*, Tese inédita laureada com o Prêmio Carlos de Laet de 1956.
- Lima (1966): Carlos Henrique da Rocha Lima, *Leitura integral I*, Rio de Janeiro, Editora Briguiet.
- Lima (1967): Carlos Henrique da Rocha Lima, *Leitura integral II*, Rio de Janeiro, Editora Briguiet.

- Lima (1992): Carlos Henrique da Rocha Lima, *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
- Lima (2010[1957]): Carlos Henrique da Rocha Lima, *Gramática normativa da língua portuguesa*, 38.^a edição, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
- Lima e Barbadinho Neto (1982): Carlos Henrique da Rocha Lima e Raimundo Barbadinho Neto, *Manual de redação*, Rio de Janeiro, Fename.
- Lyons (1968): John Lyons, *Introduction to theoretical linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Magalhães (1981): Erasmo D’Almeida Magalhães, *Digressões a partir de um manuscrito*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tese de licenciatura, manuscrito.
- Mamiani (1699): Luiz Vicencio Mamiani, *Arte de grammatica da língua brasileira da nação kiriri*, Lisboa, Miguel Deslandes.
- Neves (2000): Maria Helena de Moura Neves, *Gramática de usos do português*, São Paulo, Editora da Unesp.
- Neves (2003): Maria Helena de Moura Neves, *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*, São Paulo, Editora da Unesp.
- Neves (2005): Maria Helena de Moura Neves, “O Brasil no contexto de uma identidade lingüística no mundo lusófono”. In: Rio-Torto, G. M et alii (orgs.) *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.643-656.
- Portella (1738): Mathias Rodrigues Portella, *Cartapacio de sillaba, e figuras, conforme a ordem dos mais cartapacios de grammatica, ordenado para melhor commodo dos estudantes desta faculdade nos pateos da Companhia de Jesu*, Lisboa Occidental, Officina de Antonio Pedrozo Galram.
- Ribeiro (1955 [1890]): Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões gramaticais*. 6.^a edição, Bahia, Livraria Progresso Editora.
- Rosa (2010): Maria Carlota Rosa, “A Arte da língua de Angola (1697) e a gramática latina de Manuel Álvares (1572)”, *Revista Eutomia*, ano III, v. 2.

- Rosa (2011): Maria Carlota Rosa, "Uma gramática jesuítica: a Arte da língua de Angola.", *Revista de Estudos Afro-Americanos*, Rio de Janeiro, Universo, v. 1, n.º 1, p. 141-144.
- Salgado Junior (1949): António Salgado Junior, *Luís António Verney - Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, v. 1, n.º 5, p. 137.
- Silva, Antonio de Moraes. *Epítome da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.
- Verdelho (1982): Telmo Verdelho, "Historiografia linguística e reforma do ensino, a propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal", *Brigantia*, Bragança, v. II, n.º 4, p. 347-356.